

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO Nº 01/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

Curitiba-PR, 13 de janeiro de 2012.

Objeto: “Contratação de empresa especializada na realização de concurso público para completar quadro funcional do Coren-PR, conforme dispõe o Anexo I – Termo de Referência.”

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ – COREN-PR, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 75.078.816/0001-37, com sede na Rua XV de Novembro, nº 279, 7º Andar, centro, Curitiba-PR, por intermédio de seu Pregoeiro que a esta subscreve, em resposta  impugnação interposta pela empresa FUNDAÇÃO BIO-RIO, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 31.165.384/0001-26, datada de 12 de Janeiro de 2012, vem expor o quanto segue:

Insurgem-se V. Sas. aos Termos do Edital do Pregão Presencial n 01/2012, ante diversos questionamentos, dentre eles alguns dos quais merecem meno no referido julgamento:

- A ausência de um número suficiente de fiscais de sala, uma vez que foi estabelecido apenas um quantitativo mínimo (01 fiscal por sala), assim como a falta de fiscais nos corredores, situao a qual poderia prejudicar todo o andamento do concurso no caso de defasagem de qualquer funcionário responsável pela fiscalizao;
- O processo de iseno de taxas não foi previsto, o que poderia causar disparidade de preços entre empresas que poderiam ou não contabilizá-los;
- Explico de como funcionariam os percentuais de desconto de acordo com o número de inscritos no concurso público, fator diretamente ligado no pagamento da empresa após a homologao dos resultados;
- Falta de definio do número mínimo de candidatos os quais deverão ter a prova de redao corrigida, visto que, dependendo no número mínimo de redao corrigidas, em consonância com a quantidade de vagas e a possível convocao dos próximos colocados inicialmente não convocados, poderia gerar discrepância de custo entre as empresas;
- Ausência de solicitao de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Os itens acima dispostos pelo ora Requerente são pertinentes, vez que podem causar dupla interpretao e disparidade de preços entre as licitantes, fato que prejudica a Isonomia e, portanto, deverão ser revistos.

Outrossim, busca a Autarquia privilegiar o princípio Constitucional, inserto no Art. 37 da Carta-Magna não sendo razoável,  visão desta Administrao, a manuteno do referido edital (12/2012), sem as devidas alteraoes.

Isto posto, conhecemos da impugnao por estarem presentes os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, decidimos pela PROCEDÊNCIA dos questionamentos expostos acima, definindo-se então novo Edital, bem como nova



data para a Sessão Pública, a ser novamente publicada após as devidas retifica es. Os demais itens do documento de impugna o foram considerados improcedentes.

Jean Batista Moraes
Pregoeiro

Montgomery Pastorelo Benites
Presidente do Coren-PR

Coren-PR